

# **Geografia e Povos Indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea<sup>1</sup>**

**Emerson Ferreira Guerra**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil e-mail: roptyc@gmail.com

**Roberta Carvalho Arruzzo**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil e-mail: betarruzzo@hotmail.com

## **Resumo**

O presente artigo objetiva compor um quadro analítico sobre a produção de geógrafas e geógrafos brasileiros contemporâneos que tenham a temática indígena como um de seus aspectos centrais, a partir da pesquisa e coleta de dados em textos e artigos produzidos sobre essa temática de 2004 a 2016, em congressos da área. Trabalhamos com os Anais do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), a partir dos quais organizamos dados quantitativos sobre esta produção, além de analisar com quais conceitos e perspectivas teórico-metodológicas a geografia brasileira vem tratando esses temas. Identificamos um aumento da produção sobre temáticas indígenas na geografia, porém destacamos a necessidade de uma maior convergência entre os estudos dessa área. Este texto constitui-se como um ponto de partida no sentido de conhecer e visibilizar as produções geográficas no Brasil diante das temáticas indígenas, bem como o protagonismo e atuação de geógrafas e geógrafos nesse campo nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** Geografias; Povos Indígenas; Geografia brasileira.

## **Geography and Indigenous Peoples: an overview of contemporary Brazilian production**

### **Abstract**

This article aims to compose an analytical framework about the production of contemporary Brazilian geographers who have the indigenous theme as one of their central aspects, based on the research and data collection in texts and articles produced on this theme from 2004 to 2016, in congresses in this area. We work with the texts of the "Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)" and the "Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA)", from which we organize quantitative data, in addition to analyzing which concepts and theoretical-methodological perspectives Brazilian geography has been addressing these issues. We identified an increase in production on indigenous themes in geography, but we highlight the need for greater convergence between studies in this area. This text constitutes a starting point in the sense of knowing and making visible the geographical productions in Brazil in the face of indigenous themes, as well as the protagonism and acting of geographers in this field in the last decades.

**Keywords:** Geography; Indigenous Peoples; Brazilian Geography.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com apoio do Programa Interno de Iniciação Científica – PROIC da UFRRJ e que contou com duas bolsas de iniciação científica vinculadas ao projeto “Identificação e Levantamento de artigos de Geografia sobre Temáticas Indígenas”.

## **Geografía y pueblos indígenas: una visión general de la producción brasileña contemporânea**

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo componer un marco analítico acerca de la producción de geógrafas y geógrafos brasileños contemporâneos que tienen el tema indígena como uno de sus aspectos centrales, basado em la investigación y recopilación de datos en textos y artículos producidos a cerca de este tema de 2004 hacia 2016. Trabajamos com las Actas del “Encontro Nacional de Geógrafos” (ENG) y el “Simpósio Internacional de Geografia Agrária” (SINGA), desde el cual organizamos datos cuantitativos a cerca de esta producción, además de analizar qué conceptos y perspectivas teórico-metodológicas ha estado abordando La geografía brasileña a cerca de estes temas. Identificamos un aumento en la producción de temas indígenas en geografía, pero destacamos la necesidad de una mayor convergencia entre los estúdios en esta área. Este texto se constituye como um punto de partida en el sentido de conocer y hacer visibles las producciones geográficas en Brasil frente a los temas indígenas, así como el protagonismo y la actuación de las geógrafas y geógrafos en este campo en las últimas décadas.

**Palabras clave:** Geografías; Pueblos Indígenas; Geografía Brasileña.

### **A Geografia brasileira e as questões indígenas**

A produção de geógrafos no Brasil com enfoque em temas envolvendo povos e terras indígenas vêm crescendo nas últimas décadas, porém, de forma aparentemente dispersa em diversas áreas da geografia e pelo território nacional. A literatura mais conhecida sobre questões indígenas geralmente é proveniente de outros campos disciplinares como a antropologia, história e sociologia. Todavía, o enfoque da geografia pautado em processos socioespaciais, por meio de seus conceitos de referência, abre possibilidades de análise potencialmente interessantes e que podem contribuir para questões centrais na agenda política destes povos. Acreditamos que um conhecimento mais aprofundado da produção geográfica sobre povos indígenas no Brasil pode ser de grande valia, tanto para estudantes e pesquisadores que se iniciam ou já desenvolvem trabalhos sobre temática ou similares, como para professores que atuam na educação básica.

Não pretendemos aqui realizar um levantamento histórico da forma como a geografia vem tratando a questão indígena, embora reconhecamos a importância e carência deste tipo de abordagem. Nosso objetivo principal é destacar e sistematizar a produção recente da geografia a respeito da questão, contribuindo para visibilizar o trabalho de diversas geógrafas e geógrafos. Neste sentido, buscamos no presente texto formar um quadro panorâmico sobre a produção dos geógrafos brasileiros contemporâneos que tenham a temática indígena como um de seus aspectos centrais, a partir da pesquisa e coleta de textos e artigos produzidos sobre a temática nos últimos quinze anos em congressos da área. A partir da delimitação de dois

eventos de grande relevância, o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), buscamos levantar dados quantitativos sobre esta produção, além de analisar com quais conceitos e perspectivas teóricas e metodológicas a geografia brasileira vem tratando esses temas. Selecionamos estes dois eventos com o objetivo de identificarmos produções de autoras e autores em diversos níveis de formação, que nem sempre chegam a ser publicadas em periódicos qualificados na área. Acreditamos que esta metodologia possibilita a identificação de possíveis focos de expansão das áreas do pensamento geográfico, antes de seu período de consolidação.

Desta maneira, realizamos, num primeiro momento, uma breve introdução das premissas epistemológicas que nos direcionam e a metodologia utilizada na presente pesquisa, bem como uma breve reflexão histórica contextualizando a temática. Num segundo item, analisamos os dados quantitativos referentes aos dois eventos selecionados para esta pesquisa: os ENGs e os SINGAs de 2004 a 2016. No terceiro tópico, realizamos uma análise mais qualitativa desta produção, focando nos principais temas, conceitos e formas com que a geografia vem trabalhando estas questões nos últimos anos. Por fim, a título de considerações finais, realizamos uma breve análise dos dilemas e desafios desta temática na geografia. Os dados aqui apresentados foram levantados no âmbito de dois projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa sobre Geografias e Povos Indígenas – GeoPovos<sup>2</sup> e que são parte de uma linha de pesquisa dedicada à análise da produção geográfica na temática indígena na geografia brasileira.

### **Opções metodológicas e algumas ausências**

Pensamos ser prudente apresentar alguns pontos sobre a epistemologia da ciência do qual partimos em direção às explorações geográficas que propomos. Uma grande referência para nós tem sido Boaventura de Souza Santos que, em sua “Sociologia das ausências” (SOUZA SANTOS, 2006), nos chama atenção para o fato da tradição científica e filosófica ocidental tende a considerar importante uma gama muito restrita de experiências de mundo. Isso se reflete num olhar reducionista, do qual a geografia não escapa, que produz enormes ausências e opacidades. Esta racionalidade costuma produzir, ativamente, não-existências, que tendem a considerar desimportante uma grande gama de situações. Segundo o autor:

São, assim, cinco as principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local, o improdutivo. Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades

---

<sup>2</sup> Foram fundamentais na realização desta pesquisa as participações de William Rocha e Lucas Rocha Barbosa como bolsistas do curso de Geografia da UFRRJ – IM.

que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir (SANTOS, 2006, p. 789).

Estas não-existências, ausentes não na realidade em si, mas nos discursos dominantes sobre ela, instauram grandes opacidades no discurso científico, que, por outro lado, se crê universal e transparente, pretendendo que

[...] o que se não vê não se vê porque não se pode ou quer ver, mas sim porque não existe. Os limites do olhar são, assim, exteriores ao olhar. Levando ao extremo, esse sistema de representação é tanto mais transparente quanto mais vasta for a opacidade activamente produzida (SANTOS, 2011, p. 192).

Acreditamos, como o autor, que identificar estas ausências e opacidades e transformá-las em presenças é um caminho epistemológico não apenas possível, como desejável. Identificar os limites da prática e do discurso da geografia, por exemplo, tem sido uma forma de ampliá-la. Não é sem razão que Milton Santos já nos propunha, em 1996, uma 'epistemologia das existências' (SANTOS, 1996), em que o olhar atento do geógrafo não poderia desperdiçar as muitas experiências e possibilidades. Nas palavras do autor:

Isto é o mundo: um conjunto de possibilidades. Estas possibilidades que estão por aí boiando sobre nossas cabeças; que formam um universo e que são, um dia ou outro, colhidas por atores que as realizam, transformando-as em fatos sociais, econômicos e, certamente, num dia ou noutro, em fatos geográficos (SANTOS, 1996, p. 8).

Calcado no existencialismo, Santos nos propõem que não escolhamos, como geógrafos, entre existências mais ou menos 'centrais, previstas, verossímeis, relevantes, legítimas'<sup>3</sup> e que a contemporaneidade do existir seja entendida de fato, assim:

O existir, ser em ato, oferece esta idéia de epistemologia da existência, porque existindo estão todos. Existem todas as empresas, existem todas as instituições, e todos os homens juntos existem, não importam as suas diferenças. E os geógrafos não devem escolher entre empresas, e instituições e muito menos entre pessoas. Todos constituem este espaço banal que é o centro de nosso trabalho e por intermédio do qual nós mostramos nosso interesse pelo Mundo e pelo Homem (SANTOS, 1996, p. 9).

Uma das principais razões destas ausências nos discursos científicos é a colonialidade inseparável da modernidade, presente no saber, no ser, no poder (QUIJANO, 2005), que, como Ana Clara Torres Ribeiro (2012) nos chama atenção, está sempre presente em nosso pensamento, nos impedindo ousadias conceituais e de método, nos dificultando enxergar a riqueza do tempo presente como uma cegueira noturna que, ou nos permite ver as estrelas no

---

<sup>3</sup> Em oposição ao que Souza Santos chama de "lado errado do exercício (o periférico, o contingente, o inverossímil, o irrelevante, o ilegítimo)" (SANTOS, 2011, p. 192).

céu ou as luzes da cidade. Neste sentido, busca-se um caminho de valorização e diálogo com sujeitos, ações e espaços onde, como nos sugere Milton Santos, vigoram a criatividade e a força de mudança. O espaço geográfico, como *locus* da sincronia, é um conceito fundamental para nos auxiliar na busca de alternativas de abordagem que apontem nossas cegueiras e nos auxiliem a olhar para o céu e não apenas para as luzes da cidade, “trocando de cegueira”, como nos sugere Ribeiro (2012). Buscamos aqui evidenciar os esforços de geógrafas e geógrafos neste sentido.

Sobre a importância das contribuições da geografia para os estudos sobre questões indígenas, apoiamos-nos nas reflexões de Gupta e Ferguson (2000) quando mencionam que tem havido na teoria antropológica pouca consciência da questão do espaço. Estes autores afirmam que as representações do espaço nas ciências sociais dependem de imagens de rompimento, ruptura e disjunção e que a distinção entre sociedades, nações e culturas têm por base uma divisão do espaço aparentemente não problemática por ocuparem espaços naturalmente descontínuos a partir de onde se teorizam o contato, o conflito e a contradição entre culturas e sociedades (GUPTA; FERGUNSON, 2000, p. 32). Defendem que os territórios geográficos ocupados por culturas e sociedades não precisam ser nações, a exemplo de áreas culturais que recobrem vários Estados Nações ou sobre nações multiculturais. Estaria pressuposto a associação entre grupos culturalmente unitários e seus territórios. Mas de forma geral o espaço torna-se uma grade neutra onde inscreve-se a diferença cultural, a memória histórica e a organização social. A crítica feita por Gupta e Ferguson a esta visão condiz com o fato de que, nesta perspectiva, o espaço funcionaria como um princípio organizador central nas ciências sociais, concomitantemente ao seu desaparecimento na esfera de ação analítica.

Neste sentido, é importante tecermos algumas considerações históricas sobre as relações entre geografia e a temática indígena, que irão nortear nossa opção por nos aprofundar na última década. Identificamos a década de 1980 como um divisor de águas no século XX. O período anterior aos anos 80 é marcado por uma visão de geógrafos bastante distanciada dos territórios e sujeitos indígenas. Embora Darcy Ribeiro tenha afirmado que a questão indígena tenha sido bastante debatida no 1º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1904, a visão predominante nesse momento era positivista, evolucionista e eurocêntrica. Ou seja, os sujeitos em questão eram vistos em estágio transitório quando, inevitavelmente, deixariam de ser indígenas e se tornariam “civilizados” e seriam incorporados como trabalhadores nacionais. Mas enquanto isso, eram tratados como seres primitivos e selvagens e que representavam um obstáculo às ideias de civilização e desenvolvimento do Estado e da sociedade nacional. Portanto, a ênfase dos discursos geográficos recaía na questão fundiária, no ordenamento territorial e na soberania nacional. A presença indígena, geralmente reconhecida nas frentes de expansão do Estado, era vista e discutida como um problema a ser resolvido.

Manuel Correia de Andrade em seu livro *O Planejamento Regional e o Problema Agrário Brasileiro*, de 1976, faz algumas afirmações que corroboram com essas observações. No capítulo em que disserta sobre o processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural, o autor fala que “O Brasil, quando de sua descoberta não possuía civilizações indígenas organizadas em Estados nem cidades, como ocorria em outros países da América Latina” (ANDRADE, 1976, p. 132). A perspectiva eurocêntrica e o desconhecimento desses povos com suas diversas formas de organização social, espacial e políticas, bem como a ausência de dimensionamento das escalas dessas organizações ficam evidentes na citação a seguir, de cunho marcadamente generalista.

Espaço quase desocupado, sem uma organização política mais complexa, centralizada em escala regional ou nacional, sem formação de cidades, onde uma população pouco densa e ainda vivendo na idade da pedra dedicava-se à caça, à pesca e a coleta de produtos florestais. A agricultura de produtos como a mandioca era insipiente e os habitantes costumavam fazer migrações a procura de alimentos de acordo com as variações estacionais e com o período de colheita de determinadas frutas como o caju. Descoberta a terra... (ANDRADE, 1976, p.132).

Andrade (1976, p. 132) prossegue ressaltando o desapontamento dos colonizadores portugueses diante do fato de que “os indígenas, pouco numerosos e de nível cultural muito baixo, não eram suficientes nem se adaptavam ao trabalho escravo”. Nessas breves citações é possível reconhecer, além da perspectiva eurocêntrica e evolucionista, um discurso subalternizante dos povos originários sob a infundada alegação de baixa densidade populacional (ideia dos vazios demográficos), ausência de formas de organização política, baixo nível cultural e inadaptabilidade ao trabalho. A única contribuição que afirmações com esse conteúdo podem gerar é reforçar o quadro de desinformação que alimenta formas de preconceito e racismo que embasam discursos e ações violentas e anti-indígenas, ainda recorrentes na sociedade brasileira em pleno século XXI.

O contexto da década de 1980 reuniu alguns elementos que propiciaram uma mudança de abordagens e de trabalhos junto aos povos indígenas. Um deles foi uma mudança de paradigma da relação da sociedade nacional e do Estado com esses povos e que passa a ser influenciada por uma visão socioambiental e que tem como marco o processo político de criação do Parque Indígena do Xingu. Nesse momento chega-se à compreensão de que os indígenas não terão suas identidades étnicas diluídas nos processos de interação social com a sociedade envolvente e que a manutenção de seus modos de vida e distinções étnicas depende de terem garantidos seus territórios. Outro elemento fundamental foi a transição de um período de governo ditatorial para o processo de redemocratização do país e a elaboração de uma nova constituição. O texto constitucional de 1988, que supera o Estatuto do Índio de 1973, prevê o fim da tutela desses povos pelo estado e reconhece o direito dos mesmos a criarem suas organizações civis.

Esse momento é marcado, mundialmente, pelo surgimento e proliferação das Organizações Não Governamentais – ONGs, também denominadas como terceiro setor. Essas organizações se tornam peças fundamentais na transferência de recursos de países centrais do hemisfério norte para países periféricos no hemisfério sul para desenvolvimento de trabalhos de cunho conservacionista e socioambientalista. Nesse contexto, houve bastante investimento de capital estrangeiro para criação de Parques Nacionais e Terras Indígenas no Brasil, principalmente na Amazônia, bem como na promoção do chamado Etnodesenvolvimento junto a esses povos.

Reconhece-se nesse período, no campo da ciência geográfica, a emergência da chamada Geografia Crítica. As geógrafas e geógrafos alinhados a essa corrente de pensamento iniciaram uma atuação mais engajada com perspectiva político-ideológica com os sujeitos e territórios. Com relação aos territórios indígenas diversos profissionais, inclusive da Geografia, passam a ter um importante protagonismo no apoio às lutas territoriais e garantia de direitos de forma ampla. Observa-se então uma relação simbiótica entre produção de conhecimento e protagonismo político junto aos movimentos indígenas. Nesse momento identificamos o que podemos considerar como sendo as primeiras geógrafas e geógrafos indigenistas trabalhando por meio das Universidades, ONGs e associações indígenas.

Nessa virada da década de 80 para os anos 90 do século XX ressaltamos a importância dos trabalhos de Márcia Spyer, Renato Gavazzi, Maria Lucia Cereda e José Antônio de Deus. No final dos anos 90, iniciamos nossos trabalhos e citamos também a produção de Maria Lúcia Pires Menezes e Renata Oliveira Costa. A partir de então, nas últimas duas décadas, acontece o grande aumento de profissionais da Geografia atuando e pesquisando junto a povos indígenas no Brasil<sup>4</sup>.

Atualmente, alguns grupos de pesquisa e grupos de trabalho vem desenvolvendo atividades diversas na temática abordada. Ressaltamos os Grupos de Trabalho sobre questões indígenas organizados e conduzidos no âmbito da AGB, em diferentes sessões dessa associação profissional que têm se posicionado politicamente em apoio às lutas e demandas territoriais indígenas bem como promovido essa discussão nos eventos dos ENG's e CBG's. Citamos também o Grupo de Pesquisa sobre Geografias e Povos Indígenas – GeoPovos, criado em 2011, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, campus de Nova Iguaçu. Nesse momento, foi o primeiro grupo com essa temática no campo da Geografia a ser cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. O objetivo desse grupo é difundir as temáticas indígenas nas atividades acadêmicas de pesquisa, ensino e extensão no âmbito da licenciatura na formação de professoras e professores de Geografia. O GeoPovos tem

---

<sup>4</sup> Nas recentes edições do Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Curitiba em 2017 e Recife em 2019, foram realizados Grupos de Trabalhos sobre questões indígenas que contaram com a participação de aproximadamente 40 profissionais ou estudantes de Geografia e diversos indígenas nos debates.

desenvolvido diversas atividades contextualizadas as suas linhas de trabalho como projetos de pesquisa, orientações de iniciação científica, monografias e dissertações bem como organização de eventos, cursos, disciplinas optativas, trabalhos de campo e simpósios e eixos temáticos em eventos acadêmicos nacionais e Internacionais. No ano de 2019 o grupo se ampliou com a criação de uma unidade na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

### **Grandes eventos da geografia no Brasil e a temática indígena: uma análise quantitativa dos ENGs e dos SINGAs**

Vimos no item anterior que a produção de pesquisas voltadas para o entendimento das questões indígenas vem crescendo na geografia brasileira, em especial nas últimas décadas. Acreditamos que o presente texto pode contribuir para evidenciar os caminhos que já vem sendo trilhados pelas geógrafas e geógrafos brasileiros no sentido de tratar com igual relevância as múltiplas formas de ser e existir no espaço. Com este objetivo, selecionamos como parâmetro, nesta proposta de sistematização, dois eventos nacionais de geografia. Esta opção está calcada numa tentativa de identificarmos e dialogarmos com autoras e autores de diferentes níveis de formação e perspectivas teórico-metodológicas. Os eventos científicos acabam por representar espaços de debate e divulgação do pensamento mais democráticos, onde abordagens criativas e que se distanciam dos cânones da disciplina tem maior possibilidade de serem apresentadas. Estes encontros permitem a emergência de temáticas que, devido às fortes relações de poder envolvidas nas publicações em periódicos qualificados e no controle pelo Estado dos programas de Pós-Graduação (CORRÊA, 2018), podem encontrar dificuldades nestes espaços.

Neste sentido, selecionamos o Encontro Nacional de Geógrafos, organizado pela Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), evento de grande magnitude e que conta com a presença de estudantes de graduação, mestrandos, doutorandos e doutores. A AGB, fundada ainda em 1934, é uma instituição de grande capilaridade e realiza eventos de alcance nacional desde 1955<sup>5</sup>. A cada dez anos o evento deixa de ser um encontro de geógrafos para se tornar o Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) mas sendo, em estrutura, o mesmo evento. O segundo evento selecionado, o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), é um evento mais recente, surgindo em 1998, e foi selecionado por ser bastante representativo da área a que se refere, tendo forte relação com o debate dos movimentos sociais no campo brasileiro.

---

<sup>5</sup> Ver: <https://www.agb.org.br/agb/#historia>. Acessado em 16 de setembro de 2018.



Numa tentativa de compor o panorama da geografia contemporânea, selecionamos um intervalo de pouco mais de 10 anos (de 2004 a 2016) para avaliarmos diferentes edições dos eventos. Este período corresponde ao de maior número de trabalhos sendo publicados na geografia brasileira sobre a temática indígena. Esta seleção é corroborada pelas informações sobre dissertações e teses defendidas no Brasil envolvendo a temática indígena nas últimas décadas, disponíveis na Tabela 1. Utilizamos três termos de referência para a pesquisa realizada no banco de teses da Capes: índios, indígenas e Terras Indígenas. Quanto ao primeiro termo, vemos um crescimento intenso, embora pouco significativo no total, do seu aparecimento nos trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* entre as décadas de 1990 e 2000, quando passam de 4 a 39. Entre as décadas de 2000 e 2010 temos um ligeiro decréscimo, que acreditamos estar mais relacionado às reticências quanto ao uso do termo 'índio' do que a uma redução das pesquisas sobre a questão indígena. Quanto ao termo indígena, vemos um quadro que apoia a hipótese do aumento das pesquisas nas últimas décadas. Na década de 1990, encontramos três trabalhos, com um aumento de cerca de dezenove vezes na década de 2000, ainda dobrando a quantidade na década seguinte. Já no que se refere ao termo Terras Indígenas, vemos sua utilização iniciada ainda na década de 1980, lembrando que o termo aparece no texto da Constituição Federal de 1988. Entre as décadas de 1980 e 1990, o uso do termo em teses e dissertações geográficas cresce cerca de vinte vezes. Entre 1990 e 2000, vemos cinco vezes mais trabalhos envolvendo as Terras Indígenas e, por fim, na década de 2010, o dobro dos trabalhos em relação à década anterior. Estes dados apontam o crescimento da relevância de questões indígenas nas teses e dissertações, além de uma forte prevalência da questão territorial no escopo das temáticas.

**Tabela 1: Dissertações e teses produzidas no Brasil nas diversas áreas da geografia que envolvam a questão indígena por década (de 1980 a 2018)**

Termo de busca na plataforma	Década de 1980 (a partir de 1987)	Década de 1990	Década de 2000	Década de 2010 (até 2018)	Total
Índios	0	4	39	35	78
Indígenas	0	3	58	134	195
Terras Indígenas	3	62	356	765	1.186
Total	3	69	453	934	1.459

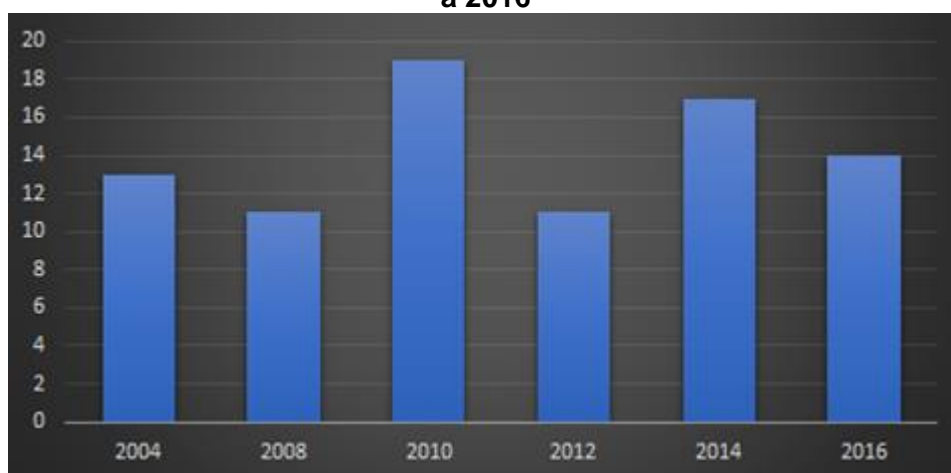
Fonte: Catálogo de teses e dissertações da Capes (CAPES, 2019).

Neste sentido, buscamos até agora explicitar os parâmetros que pautaram nossa seleção: a produção de geógrafas e geógrafos brasileiros nos últimos pouco mais de 10 anos em dois eventos de alcance nacional. Para analisarmos esta produção contemporânea da geografia, a metodologia da pesquisa consistiu numa pesquisa minuciosa nos anais das

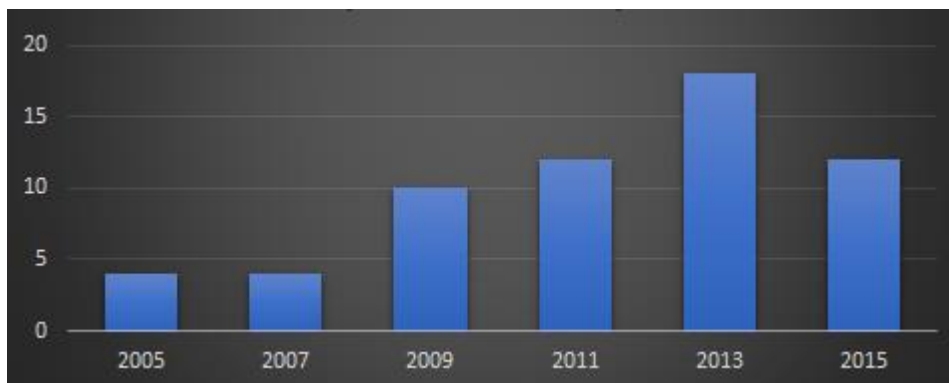
edições dos eventos realizadas entre 2004 e 2016. Após um levantamento sistemático dos arquivos dos anais de cada edição dos dois eventos foi realizada a leitura, de artigo em artigo, buscando identificar os textos que tivessem ligação com a questão indígena. É interessante destacar que nem todos os anais dos eventos foram encontrados nos sites de divulgação, principalmente os mais antigos, cuja aquisição dos artigos publicados só foi possível através de contato com pessoas que estiveram presentes nas edições ou integrantes das comissões organizadoras. Os artigos de interesse para a temática foram catalogados com a identificação das seguintes informações, além do título do texto: nome do autor, formação, nome do orientador, instituição onde o artigo foi produzido, ano do evento, eixo temático em que foi apresentado no evento, povo/etnia trabalhado no artigo, conceitos ligados à geografia trabalhados no artigo e subáreas da geografia que o texto possa estar ligado. Por fim, buscamos realizar uma leitura mais aprofundada dos artigos para construirmos um panorama básico dos principais olhares metodológicos e conceituais que os geógrafos e geógrafas brasileiros tem direcionado à temática indígena, que trataremos melhor no próximo subitem

Os primeiros eventos a serem analisados foram os ENGS e CGBs nas edições de 2004 (CGB), 2008, 2010, 2012, 2014 (CGB) e 2016. A edição de 2006 não foi obtida em função de problemas técnicos na plataforma a qual foi vinculada e por estar indisponível em outros meios. Os resultados quantitativos desta análise estão representados no Gráfico 1, onde vemos a quantidade de trabalhos envolvendo a questão indígena em seis edições do evento. Encontramos uma variação de 11 a 19 artigos em cada uma das diferentes edições. Embora o total dos trabalhos seja pouco representativa devido ao tamanho destes eventos, há uma presença constante desta temática, com destaque para a edição de 2010.

**Gráfico 1: Número de textos envolvendo a questão indígena nos ENGS e CGBs de 2004 a 2016**



Fonte: Anais dos ENGS de 2004, 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.  
Organização: Lucas Rocha (UFRRJ)

**Gráfico 2: Número de textos envolvendo a questão indígena nos SINGAs de 2005 a 2015**

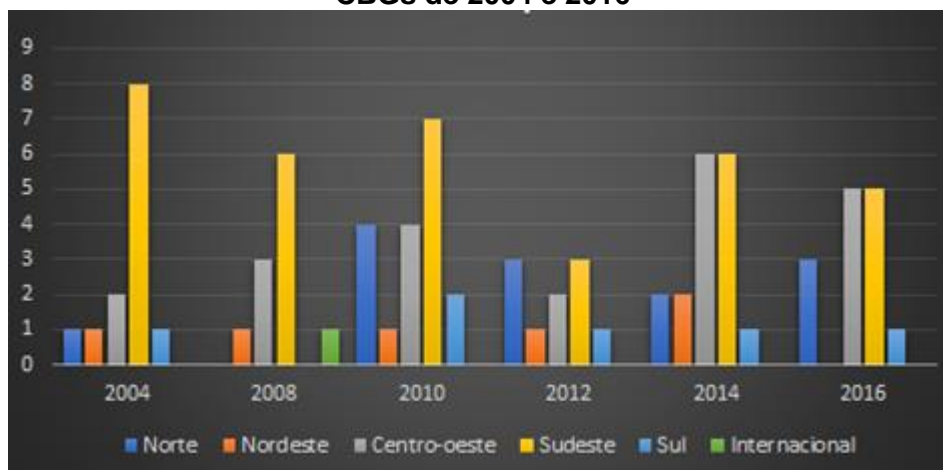
Fonte: Anais dos SINGAs de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.  
Organização: Lucas Rocha (UFRRJ)

No gráfico 2, realizamos a mesma análise quantitativa, porém referente às edições de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015 dos SINGAs. Foram analisados ao todo mais de 3.000 artigos, tendo sido observado um crescimento de publicações com temáticas indígenas ao longo das edições do evento. Podemos perceber um aumento expressivo dos trabalhos sobre questões indígenas entre os anos de 2005 e 2013. Nesse período os trabalhos triplicaram, saindo de cinco no primeiro evento analisado e chegando a mais de 15 em 2013. Em 2015, embora haja uma pequena redução, vemos que o número ainda se mantém bastante elevado em relação aos trabalhos encontrados no início dos dez anos em questão.

Outro parâmetro que buscamos analisar foi a região onde os trabalhos foram produzidos. No gráfico 3 é possível visualizar a distribuição dos artigos por região dos ENGs e CBGs. Nestes eventos, observamos que nas 3 primeiras edições estudadas, prevalecem trabalhos sobre a questão indígena oriundos da Região Sudeste. Por outro lado, nas últimas duas edições, vemos crescer fortemente a participação de geógrafas e geógrafos da Região Centro-Oeste na temática. Além de uma interessante participação da Região Norte na temática nas últimas 4 edições. As regiões Nordeste e Sul mantiveram uma participação de um a dois trabalhos por edição.

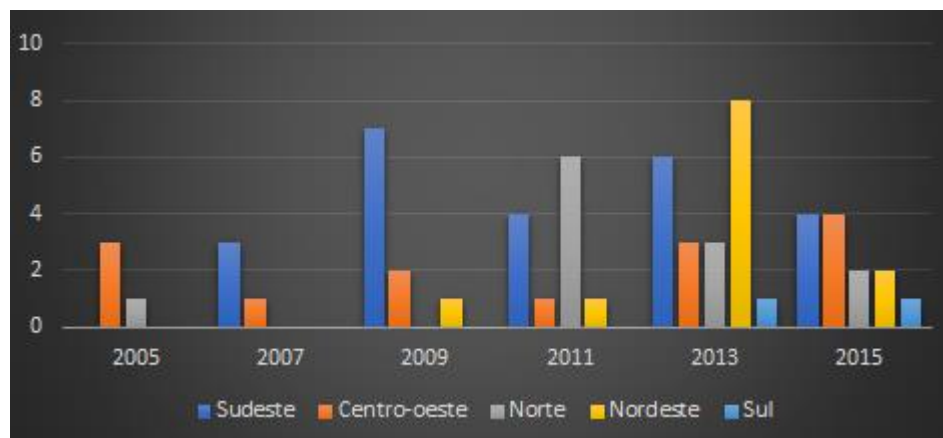
No gráfico 4, temos as mesmas informações, porém referentes aos SINGAs. Entre 2007 e 2013 há uma expressiva concentração de artigos produzidos na Região Sudeste com um pico no ano de 2009. Já no ano de 2013 há um pico notável de artigos produzidos na Região Nordeste. Este dado pode ser associado ao fato de o evento ter acontecido nesse ano em João Pessoa. Trabalhos da Região Norte apareceram em quase todas as edições pesquisadas, tendo uma notável participação em 2011. Os trabalhos provenientes do Centro-Oeste aparecem nos eventos de forma bem distribuída e crescente. Já da Região Sul aparece apenas um trabalho no ano de 2013.

**Gráfico 3: Número de textos envolvendo a questão indígena por região nos ENGS e CBGs de 2004 e 2016**



Fonte: Anais dos ENGS de 2004, 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.  
Organização: Lucas Rocha (UFRRJ)

**Gráfico 4: Número de textos envolvendo a questão indígena por região nos SINGAs de 2005 a 2015**



Fonte: Anais dos SINGAs de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.  
Organização: Lucas Rocha (UFRRJ)

Outra informação importante foi a grande diversidade de grupos étnicos abordada nos artigos. Podemos citar, a título de exemplificação, trabalhos envolvendo os : Guarani e Kaiowá, Ofaié, Karajá, Paresí, Krahô, Krikati, WaimiriAtroari, Baniwa, Tapuio, Kaingang, Jaminawa, Kalapalo, Pankararé, Xavante, Terena, Ikolen, Palikur, Tembê, Makuxí, Waiwai, Pataxó, Guajá, També, Ka'apor, Xucuru – Kariri, Pankará, Bororo, Akwe – Xerente, Truká – Tupan e Potiguara. Uma grande quantidade de trabalhos abordou também a temática indígena de forma geral, sem especificar um grupo étnico.

Neste sentido, conseguimos, através desta breve análise quantitativa dos trabalhos envolvendo a temática indígena, indicar seu incremento nas últimas décadas e buscamos

identificar alguns aspectos referentes à produção mais contemporânea. Buscaremos, no próximo tópico, explorar melhor os conceitos, temáticas e abordagens em algumas destas produções.

### **Conceitos, temas e abordagens da geografia sobre povos indígenas**

A partir da leitura de uma grande diversidade de artigos, buscamos identificar as principais abordagens destas produções na contemporaneidade. Devido aos limites da presente publicação, selecionamos os artigos publicados nas edições pesquisadas do SINGA para exemplificarmos nossa análise. Nossa metodologia qualitativa consistiu em realizarmos uma comparação entre os artigos com temáticas semelhantes, buscando identificar elementos que os distinguem, explicitando as diferentes abordagens do mesmo conceito entre os artigos. Nestas abordagens, identificamos três grandes temáticas abordadas pela geografia brasileira no que diz respeito à questão indígena: educação, cartografia e questões territoriais. É com base nestas temáticas que debateremos um pouco mais os conceitos e abordagens utilizadas.

Iniciamos a nossa análise pela área da educação na qual foram identificados artigos que abordam sobre educação para indígenas, educação indígena, educação escolar indígena e educação do/no campo. Enquanto alguns autores tiveram como objeto de análise o docente, outros primaram por conceituar “educação indígena”. Houve ainda aqueles que tiveram como objeto a própria instituição responsável pela educação indígena, quando havia, como o trabalho intitulado “Etnografia da instituição responsável pela educação escolar indígena do Pará”, de Irana Bruna Calixto Lisboa (2011). As metodologias variaram entre análise teórica de autores, pesquisa bibliográfica, sobre educação indígena e entrevistas em trabalhos de campo em casos de estudos de caso.

Foi observada uma diferença conceitual entre os artigos no que diz respeito à “educação do/no campo”. Enquanto uns compreenderam a educação indígena como pertencente à educação do/no campo, primando diferenciá-la apenas da educação escolar indígena, outros ressaltaram a desvinculação entre os conceitos. No primeiro caso, o autor considera que a educação do/no campo compreende a educação dos povos tradicionais de modo geral: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, etc. No segundo caso, o autor esclarece que a educação indígena se difere para além de uma contraposição à educação da cidade, possuindo uma série de especificidades que a difere da educação do/no campo de maneira geral, ressaltando especificidades da educação indígena como, por exemplo, a preocupação em fomentar uma educação voltada para o apego à terra como local de reprodução cultural, como esclarece Knapp (2009):

A educação escolar diferenciada, não pode ser só diferenciada da “cidade”, existem inúmeras especificidades entre a educação escolar indígena e a educação escolar do campo. A terra tem uma importância fundamental para os dois grupos, que muitas vezes resultam em disputas desses grupos para com a sociedade envolvente. Contudo, o valor que a escola do campo deve abordar a terra está mais ligada a uma educação que trata da produção sustentável e manutenção da agricultura familiar, enquanto que a educação escolar indígena está mais preocupada em apoiar uma educação voltada para o apego à terra como local de representação da cultura (KNAPP, 2009, p.127).

O trabalho de Lisboa e Assis (2011), no entanto, primou pela avaliação da instituição responsável pela educação escolar indígena. Para tanto, foi realizado um estudo sobre o histórico da educação indígena (comum aos artigos da área da educação) para, posteriormente, relatar as dificuldades enfrentadas na execução da educação escolar, como, por exemplo, a carência de recursos financeiros, formação de professores indígenas, currículo diferenciado, educação bilíngue e produção de material didático.

Dos artigos que permeiam a área da cartografia, conseguimos identificar algumas abordagens importantes de serem explicitadas. Dos artigos que se propuseram mapear terras indígenas, podemos identificar que houve utilização de técnicas de geoprocessamento, imagens de satélites, para uma representação gráfica proporcionada por ferramentas caras à cartografia a fim de explicitar áreas conflituosas, dimensões das Terras Indígenas (TIs) etc. Por outro lado, identificamos artigos que se valeram da chamada cartografia social, em metodologias de mapeamento participativo e que visam a instrumentalização dos povos tradicionais a fim de atribuir-lhes autonomia em suas reivindicações por direitos territoriais e a emancipação de suas identidades coletivas. Para tanto, Alves, Carneiro e Silva (2013) realizaram um processo de alfabetização cartográfica. Concomitantemente ao debate da cartografia como forma de melhor compreender as práticas sociais e a natureza local, foram realizadas atividades de etnomapeamento:

De uma ponta está a tecnologia e o conhecimento acerca do abecedário da cartografia tradicional, necessário nesta troca de saberes; de outra, os conhecimentos tradicionais dessas comunidades, que se fazem o âmago da relação, pois, é através e a partir dele que se desenvolve a metodologia do nosso trabalho. O que fazemos é promover um encontro entre estas duas pontas, para que se qualifique e se multiplique os subsídios argumentativos a favor dos povos tradicionais em relação à afirmação de suas territorialidades e respectivos territórios (ALVES; CARNEIRO.; SILVA, 2013, p. 85).

Como resultado, os autores sistematizaram as informações colhidas no etnomapeamento e na vivência e criaram cartilhas contendo conhecimentos geográficos que compõem as conjunturas histórica, política, cultural e ambiental destas comunidades, a fim de devolver o conhecimento produzido para as mesmas.

No artigo de Bulcão (2013), em que foi trabalhada a cartografia social, a participação de tecnologias se mostrou mais presente. Os pesquisadores realizaram oficinas com técnicos

cartógrafos, antropólogos, ambientalistas e a comunidade indígena (caçadores, pajés, anciãos, professores, agricultores, etc.). Os técnicos assumem o papel de ensiná-los a fazer um mapa e, em contrapartida, a comunidade contribuiu com as informações de uso da terra bem como suas localidades e dimensões. Podemos identificar, aqui, um aspecto em comum com o artigo citado anteriormente: ambos visam um empoderamento social na reivindicação de territórios, porém se diferenciam nas metodologias e nas técnicas utilizadas.

Quanto aos artigos cujo conceito principal é o território foi possível observarmos que, de modo geral, os artigos buscam compreender os processos de territorialização. Em alguns casos, como no artigo de Coelho (2009), a expansão agrícola representou a territorialização do Estado na mesma medida em que representou a desterritorialização ou fragmentação do território da população tradicional.

Quando debatido o território na perspectiva dos indígenas, o autor ressalta as apropriações políticas, econômicas e simbólicas do espaço e confronta as diferentes concepções sobre um mesmo espaço. Quando deparados com processos verticais que impõem a desterritorialização dessa população, segundo o autor, observam-se as adaptações e reconfigurações das dimensões da territorialidade indígena. A perda territorial impacta os padrões de ocupação social e o modo de vida de modo geral. Para Silva (2009), as formas de gestão e manejo dos territórios são fluidas para os povos tradicionais, pois estes criam e recriam suas regras de acesso aos recursos naturais mediante delimitação das áreas, baseando-se, também, em um mapeamento simbólico do território.

Já para Mota (2011), as reservas indígenas não são pensadas para atender à reprodução do modo de vida dos indígenas que são ali territorializados com base em sua antiga organização socioterritorial, por não atender as suas necessidades de acesso aos rios, matas, etc., necessários para a reprodução de seus costumes. Isso ilustra a territorialidade precária apontada por Rogério Haesbaert, conceito debatido pela autora. Essa abordagem busca evidenciar características que justificam essa precariedade como, por exemplo, a territorialização de povos indígenas em reservas onde não há parentes que costumam/costumavam se relacionar, afetando, assim, a relação destes com o espaço. Guerra (2007), por exemplo, aborda as dificuldades enfrentadas pelos Krahô no que tange a sua estrutura produtiva quando lhes foram impostos uma delimitação territorial que não atende às demandas culturais no que diz respeito à organização social e produtiva. Em alguns casos, como pontua Mota (2011), a desterritorialização dos povos indígenas, e sua posterior reterritorialização, dadas as concepções que estes têm de seu território e a disputa deste com os não-índios, provoca trágicas consequências sociais para as comunidades, como suicídios e assassinatos.

Por vezes, medidas vistas como “extremas” são tomadas pelos indígenas quando deparados com violações de sua territorialidade, como aborda Rodrigues e Tembé (2011) sobre

as ameaças e invasões na terra indígena Alto Rio Guamá, que, por falta de ação dos agentes responsáveis pela garantia de suas terras, os indígenas, sem consentimento de suas lideranças, mantiveram presos alguns agentes da FUNAI até que fossem tomadas medidas para sanar o problema das ameaças e invasões realizadas, principalmente, mas não somente, por madeireiros e traficantes. Os Tembé são abordados como um povo autônomo, ciente de suas lutas e sendo agente transformador da realidade que lhes foi imposta.

Pudemos observar que, tanto nos trabalhos de Coelho (2009) quanto no de Mota (2009), denominado “Terra para os Guarani e os Kaiowá: especificidades e similaridades no tocante as diversas lutas pela terra”, ambos abordam e relacionam a disputa territorial indígena às ações desenvolvimentistas do Estado como as políticas de ocupação dos “espaços vazios” que promoveram a Marcha para o Oeste, a economia extrativista e a expansão da fronteira agrícola/colonizadora.

De modo geral, o território aparece como inerente ao modo de ser dos indígenas e às diversas formas de trabalho. Mota (2009) atenta, ainda, para as ações usurpadoras do Estado, não apenas para com o território indígena, mas também para com os conhecimentos tradicionais milenares mantidos através da ancestralidade a fim de colocar esse conhecimento a serviço do capital, através de, por exemplo, indústrias farmacêuticas.

Outro ponto presente em alguns artigos que tiveram a questão territorial como cerne foi a relação da dinâmica agrária, sobretudo do agronegócio, nos impactos socioambientais nas TI's, reservas indígenas, etc. Guerra (2007) aborda a chegada de agricultores gaúchos no Tocantins e o impacto que essa migração gera na dinâmica local sem, muitas vezes, pesar as consequências ou mesmo medidas mitigadoras para os impactos negativos de suas atividades econômicas.

O artigo de Silva (2009), considera a simbologia do território como uma das influências na gestão e uso do território pelos indígenas bem como nos mecanismos de regulação social. Assim como grande parte dos autores de artigos que primaram pelo conceito de território para a dissertação de seus trabalhos, a autora buscou explicitar os processos de identificação, o que é a territorialidade para a etnia trabalhada, as relações entre os processos de identificação territorial e conservação dos recursos naturais no território (de que forma a identidade daquela população influencia no manejo desses recursos), entre outras questões centrais.

Em seu trabalho, Silva (2009) busca, através da compreensão territorial dos Pankararé, maior participação destes indígenas na construção de políticas socioambientais mais inclusivas. Esse interesse vai ao encontro com o de Lira (2011), autor do artigo “A FUNAI e a política de integração das terras indígenas à economia de mercado”. O autor aponta em seu artigo os caminhos que o Estado percorreu desde o SPI para se apropriar das terras indígenas, usando como referencial teórico, mas não somente, as leis e suas alterações ao longo da história. Lira (2011) aborda fortemente a trajetória histórica da questão indígena, sobretudo nos



governos militares, sem deixar de dialogar com a geografia, trazendo dados sobre disputas territoriais e ideológicas no campo, onde, de um lado se posiciona a visão entreguista do Estado e, de outro, a resistência de um modelo de sociedade à assimilação pretendida e idealizada pelo Estado.

Mefano e Alves (2011) trabalharam abordando a segurança alimentar no que diz respeito ao contato dos povos tradicionais e, posteriormente, a dependência destes com relação à alimentação industrial. Este é um ponto importante para a geografia agrária, uma vez que a alteração de práticas culturais de aquisição de alimentos e, posteriormente, insegurança alimentar, se dão pela dinâmica territorial destes povos e suas situações de contato com os grupos não-indígenas, impactando em suas práticas culturais, seja pela forma como são geridas essas terras circunvizinhas, seja a gestão de seus recursos naturais. Essas dinâmicas interferem no modo de vida indígena, sendo responsável, em alguns casos, pela dependência dos alimentos industrializados e, por vezes, da lógica capitalista para garantir seu sustento, como o caso dos Mura.

Os Mura, cujo sustento advém da produção de babaçu e seus derivados (massas e óleo), sofrem com a precariedade das ferramentas de produção da fruta e, como ressalta a autora Andrade (2011), a população com mais recursos econômicos, inclusive industriais, se aproveitam da precariedade da produção do babaçu para difundir em seus rótulos que seus produtos são originários de povos tradicionais.

Buscamos aqui realizar um panorama das temáticas e abordagens que a geografia brasileira vem apresentando com relação à temática indígena, utilizando alguns dos textos levantados como exemplos importantes da diversidade dos debates. Embora a maior parte dos artigos possam ser organizados nas discussões sobre cartografias, educação e processos de territorialização, também foram encontrados alguns textos que abordaram a questão do turismo envolvendo povos e terras indígenas. Observamos, todavia, uma significativa ausência de trabalhos sobre indígenas e espaço urbano que aponta para uma importante lacuna diante da diversidade de situações dessa temática no Brasil.

### **Geografia e questão indígena: algumas reflexões finais**

O presente texto resultou da observação da carência de textos que buscassem sistematizar elementos, ainda que de maneira inicial, sobre a produção geográfica brasileira a respeito da questão indígena. Desde que iniciamos nossos trabalhos na geografia com temáticas indígenas, há cerca de duas décadas, pudemos observar um envolvimento crescente de geógrafas e geógrafos nesse campo, que buscamos aqui apontar. Somado a isso, experienciamos alguns dilemas e desafios de se produzir e pesquisar com temas pouco

trabalhados num determinado campo de conhecimento. Neste momento conclusivo do texto, buscamos realizar um apanhado de algumas dessas questões, baseados em nossas experiências profissionais e em trocas com colegas do mesmo campo.

Num primeiro momento, gostaríamos de destacar quatro dos principais dilemas vivenciados nesse período. O primeiro deles foi a falta de referências e desconhecimento acerca de produções e autores na Geografia brasileira trabalhando com povos indígenas. No final da década de 90 do século XX, o acesso à internet era relativamente restrito, bem como muitos conteúdos ainda não estavam disponíveis nessa plataforma. Desse fato resultava certa dificuldade de conhecer colegas produzindo nesse campo e seus respectivos trabalhos, justamente por serem poucas geógrafas e geógrafos se dedicando à questão indígena nesse momento, em um país com enorme extensão territorial. Conseguir uma referência bibliográfica mais específica ou alguém com esse perfil para convidar para bancas de avaliação de trabalhos acadêmicos nas universidades era uma tarefa árdua.

O segundo dilema consistia no descrédito e desconfiança advindos de alguns profissionais da geografia pela temática indígena, considerada periférica ou de importância menor na disciplina. Esse fato se refletia em dificuldades de ordem de orientação acadêmica e inserção em grupos de pesquisa, por exemplo. O terceiro dilema, decorrente do anterior, é expresso em questionamentos recorrentes sobre a possibilidade ou não desta temática ser abordada de forma geográfica, por ser mais comum em disciplinas como a antropologia ou história, como se resultasse de algum tipo de crise de identidade profissional.

O derradeiro dilema é o que denominamos de complexo do pseudo-pioreinismo. Tendo superado às questões anteriores, muitos profissionais acabam por desconhecer as produções anteriores e contemporâneas às suas. Esse pensamento parece ser bastante sedutor, pois já o vimos manifesto em falas de diversos colegas e em diferentes momentos. Entretanto, duas décadas após o momento inicialmente citado, as condições que temos hoje para buscar e conhecer outros trabalhos e autores que se dedicam ao mesmo tema são muito mais favoráveis. Isso se dá pelo aumento considerável de geógrafas e geógrafos nesse campo, assim como a existência de diversas teses, dissertações, monografias e centenas de artigos disponíveis na internet.

A esses dilemas são correlatos a alguns desafios e que hoje encontram condições mais favoráveis para serem superados. O primeiro deles auxilia a se esquivar do complexo supracitado, que é buscar e conhecer outros profissionais e seus trabalhos que compartilham uma mesma temática. Este texto é resultante justamente de um de nossos esforços neste sentido. O segundo desafio consiste em dimensionar seu “objeto” de pesquisa para além de categorias espaciais previamente conceitualizadas. Ou seja, antes de trabalharmos com determinados territórios, lugares, paisagens ou regiões, estamos diante de grupos sociais etnicamente distintos. Estas distinções étnicas e suas dinâmicas espaciais próprias é que vão

fornecer subsídios para manejarmos e dialogarmos com nossos conceitos, buscando não aplicar conceitos de forma arbitrária sobre uma realidade que não compreendemos bem. Dessa questão se desdobra o terceiro desafio, que é desenvolver métodos de pesquisa e trabalho próprios, fugindo da aplicação de “receituários” metodológicos prontos e amplamente desenvolvidos no bojo da ciência geográfica, mas que não dialogam com as realidades indígenas nem surgiram de diálogos com esses sujeitos.

Em decorrência das questões anteriores, apresentamos ainda um quarto desafio, que aponta para o caminho de estabelecimento de um rico e necessário diálogo da Geografia com outros campos de conhecimento. Nessa circunstância os estudos antropológicos, historiográficos e sociológicos, principalmente, são imprescindíveis para nos aproximar da compreensão das diferentes realidades indígenas com um pouco mais de propriedade. Por fim, destacamos o quinto desafio, que são os trabalhos de campo junto a povos indígenas. O que temos observado é que certo pragmatismo técnico associado às limitações de tempo e de recursos financeiros acabam resultando em trabalhos de campo bastante curtos e pontuais. Esses são insuficientes, não só para a busca de determinados conhecimentos e informações, mas para se desenvolver relações de confiança e aceitação dos pesquisadores por parte dos grupos étnicos em questão. A apresentação desses dilemas e desafios, como um ponto de partida para futuros diálogos, não significa que se esgotem nesse texto.

O presente artigo constituiu-se como um ponto de partida no sentido de conhecer e visibilizar as produções geográficas brasileiras diante das temáticas indígenas, bem como o protagonismo e atuação de geógrafas e geógrafos nesse campo nas últimas décadas. O material levantado por essa pesquisa compõe um conjunto de artigos bastante diversos cujo potencial de análises e diálogos não se esgota nesse texto e nos convida a mergulharmos nesses estudos. Como desdobramentos dessa pesquisa prevemos seguir no caminho de analisar dissertações e teses, assim como artigos publicados nos principais periódicos da geografia no Brasil. Ampliaremos esse trabalho para a escala latino-americana a partir dos artigos publicados nos Encontros de Geógrafos da América Latina – EGAL. Podemos afirmar que a produção geográfica sobre questões indígenas no Brasil avançou bastante, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, mas ainda há muito a se construir para uma Geografia em diálogo com os povos, suas lutas e protagonismos, bem como na compreensão de suas complexidades territoriais.

## Referências

ALVES, J. P.; CARNEIRO, M. R. D.; SILVA, T. S. Cartografia social, identidades coletivas e direitos territoriais: construindo outros mapas, afirmando outras territorialidades. In: Simpósio

Internacional de Geografia Agrária, 6., 2013. João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

ANDRADE, J. M. B. DE.; CAVICCHIOLI, M. A. B.; SANTOS, M. da C. Apima - associação dos produtores indígenas mura de Autazes. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

ARRUZO, R. C.; GUERRA, E. F. Povos Indígenas: nem pertencentes ao passado, nem parados no tempo, nem fadados a desaparecer. In: MONTEIRO, R.B. (org) **Práticas pedagógicas para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Ensino Médio**. Seropédica, UFRRJ\Evangraf, 2013. 144p.

BULCÃO, L. L. da S. Mapeamento de territórios indígenas: um problema de diversas escalas. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 6., 2013. João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

COELHO, V. A. Formação territorial e conflitos entre territorialidades no Brasil central: o caso xavante. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

CORREIA, R. L. Produção geográfica, controle e poder. In: **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

GUERRA, E. F. A terra indígena krahô e a expansão do agronegócio no estado do Tocantins. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2007. Londrina. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

GUERRA, E. F. **Terras Indígenas e Desordenamento Territorial das terras Timbira ao Xingu**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense PPGeo-UFF. Niterói, 2012

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A.A. (Org.) **O Espaço da diferença**, Campinas: Papius, 2000.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-189.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate In: **GEOgraphia** – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Rio de Janeiro, ano IX, n 17, 2007

KNAPP, C. Educação escolar do campo e educação escolar indígena, direito à diferença: direitos diferentes. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. **Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. **Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

LISBOA, I. B. C.; ASSIS, E. C. de. Etnografia da instituição responsável pela educação escolar indígena do Pará. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

LIRA, E. R. A funai e a política de integração das terras indígenas a economia de mercado. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

MEFANO, I. V. de.; ALVES, S e J. de P. Cultura indígena e quilombola, educação ambiental e segurança alimentar nas escolas. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

MOTA, J. G. B. Terra para os guarani e os kaiowá: especificidades e similaridades no tocante as diversas lutas pela terra. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

MOTA, J. G. B. A territorialização precária guarani, kaiowa e terena na reserva indígena de Dourados/MS: ocorrências de suicídios e assassinatos. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

OLIVEIRA, R. C. O. Movimento dos conceitos na antropologia. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 36, 13-31, 1993.

OLIVEIRA, R. C. O. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, 13-37, 1996.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>.

RIBEIRO, A. C. T. **Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades**. Salvador: Redobra, ano 3, pp.58-71, 2012.

SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, nº 21 p.7-192, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: a crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

SILVA, L. M. da. Os processos de identificação territorial e a(s) territorialidade(s) na sociedade indígena pankararé-BA. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2. 2005. Presidente Prudente. **Anais**. Presidente Prudente, 2005.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Jornada Orlando Valverde – Campesinato em movimento, 3. 2007. Londrina. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: A questão (da reforma) agrária na América Latina: Balanço e perspectivas, 4. 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Questões agrárias na panamazônia no século XXI: usos e abusos do território, 5. 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: João Pessoa. **Anais**. Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

---

### Sobre os autores

---

**Emerson Ferreira Guerra** – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-3002-2281>

---

**Roberta Carvalho Arruzzo** – Graduação, Mestrado e Doutoraem Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0001-7860-4718>

---

### Como citar este artigo

---

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUIZZO, Roberta Carvalho. Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 115-136, dossiê, 2020.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). A pesquisa, formulação de conteúdos e redação do texto foram realizadas pelos dois autores do artigo, **Emerson Ferreira Guerra** e **Roberta Carvalho Arruzzo**. Os autores pesquisam juntos desde 2012, quando fundaram o Grupo de Pesquisa em Geografias e Povos Indígenas, o GeoPovos, onde a presente pesquisa foi elaborada, debatida e realizada. Aproveitamos para destacar que o grupo de pesquisa, coordenado conjuntamente pelos dois autores desde sua criação, conta também com a participação de diversos estudantes de graduação e pós-graduação que também tem debatido conjuntamente os temas aqui apontados.

Recebido para publicação em 06 de março de 2019.  
Aceito para a publicação em 17 de setembro de 2019.